**A (IN)VISIBILIDADE DA formação inicial e continuada de professores na eja: REITERAÇÃO da desigualdade educacional**

**Resumo:** A pesquisa em tela tem como objetivo analisar os processos de formação inicial e continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de São Gonçalo, situado na região periférica da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro. Partimos do pressuposto de que há pouco investimento público para a atuação docente com a EJA. A ausência da implementação de política pública efetiva para essa modalidade, bem como as condições estruturais e humanas ampliam a desigualdade educacional e precarizam o processo de ensino e aprendizagem oferecido aos educandos. A análise documental e bibliográfica nos permitem compreender que a concepção de uma escolarização frágil e mínima para a EJA tem sido ampliada com a afirmação de sua oferta na modalidade de educação a distância. Sendo assim, a escassez de formação de professores corrobora com o não atendimento as especificidades dos jovens e adultos e, consequentemente, reitera a negação de seus direitos.

**Palavras Chaves:** desigualdade; educação de jovens e adultos; formação inicial e continuada de professores.

No contexto histórico educacional brasileiro, precisamente, no período colonial, a educação destinada aos adultos, ocorre em um contexto de dominação e domesticação dos corpos e mentes, refletindo o cenário socioeconômico e político da educação enquanto um instrumento ideológico. Em cada período subsequente, vemos que as finalidades de estender ou ampliar os processos de escolarização a adolescentes, jovens e adultos pouco escolarizados atendiam a distintas demandas do desenvolvimento nacional e, também, às demandas dos processos industriais e tecnológicos globais. Por outro lado, a crescente preocupação com a qualidade da educação nas manifestações de profissionais da educação e dos movimentos populares criaram pressões para que campanhas nacionais de alfabetização fossem criadas (Paiva, 2015). Em 1996, a educação para adultos passa a ser reconhecida como uma modalidade da educação básica, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, n. 9.394/96, positivada no art. 37, é estabelecida como aquela que atenderá aos estudantes que não tiveram acesso ou oportunidade de dar continuidade aos ensinos fundamental e médio em idade apropriada, sendo esse direito assegurado ao longo da vida. Considerando as especificidades presentes no modo de ensino e aprendizagem na EJA, surgiu a necessidade da elaboração de diretrizes curriculares que atendessem às demandas de seu público-alvo. Assim, foi elaborado o Parecer CNE/CEB n. 11/2000 o qual definiu o currículo para a EJA reafirmando a importância do compromisso da sociedade em contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social a partir de três funções elementares: i) reparadora, a fim de garantir os direitos civis e o direito negado a uma escola de qualidade; ii) equalizadora, visando a reentrada no sistema educacional daqueles que tiveram uma interrupção forçada; iii) qualificadora, entendida como o sentido da EJA, compreendida pelo caráter incompleto do ser humano e de seu potencial de desenvolvimento e adequação em espaços escolares e não escolares (Brasil,2000). No entanto, cabe ressaltar que ainda se fazem necessários investimentos em uma educação de qualidade para os nossos jovens e adultos, principalmente, no que tange a elaboração e execução de políticas públicas educacionais que assegurem a formação inicial e continuada de docentes para atuar nessa modalidade da educação. A negação dessa formação, a nosso ver, pode acentuar a produção da desigualdade educacional e social, preconizando processos aligeirados e não isonômicos do acesso ao conhecimento científico produzido pela humanidade. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar os processos de formação inicial e continuada de professores da Educação de Jovens e Adultos no município de São Gonçalo, região periférica da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro. Para a investigação, utilizamos o método do materialismo histórico-dialético, isto é, a abordagem de uma perspectiva histórica de análise e intervenção, a capacidade coletiva de transformação, onde a realidade sócio-histórica é uma construção humana. Ao observarmos que a formação de professores tem se inserido em novas formas de plataformização do trabalho de maneira precarizada, percebemos que essa forma assume a materialidade de relações capitalistas e suas consequências são cruciais em várias dimensões da vida humana, sendo uma delas a ampliação da desigualdade educacional na EJA, uma vez que em alguns casos a educação ofertada por algumas redes educacionais visa, apenas, o ensino para a obtenção de certificação dos estudantes ou apenas a preparação para o trabalho simples, não incentivando o conhecimento cientifico, a formação integral e a criticidade destes sujeitos. Diante do exposto, o método adotado nesta pesquisa, nos conduz a apreender o movimento da realidade, das determinações que o constituem (fontes documentais, revisão de literatura e levantamento do quantitativo de formações) e, não simplesmente a partir das representações ou pseudo-representações sobre o cenário da formação inicial e continuada de professores de maneira isolada de seu contexto global/local (Frigotto; Ciavatta, 2011). A percepção concreta da realidade indica o conhecimento da totalidade que envolve um fenômeno investigado, sendo assim, convém destacarmos os dados nacionais acerca da EJA e os índices locais do Município de São Gonçalo. Os resultados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2023, revelam uma queda na evolução das matrículas a nível nacional de 2018 a 2023, sendo de 3,545,988 em 2018 para 2,589,815 em 2023, no ensino fundamental e médio, nas esferas pública e privadas. Tendo em vista que 68.036.330 pessoas com idades a partir de 18 anos e mais idade não concluíram a educação básica ou frequentavam a escola no Brasil. O Censo demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que se refere a alfabetização, constatou uma queda de 18,2% no número de analfabetos entre 2010 e 2022, no entanto, ainda há um equivalente a 11,4 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever. Esse quadro de desigualdade, revela um desmonte da modalidade, considerando-se que, para além da aparência do fenômeno da redução de matrículas efetivas ter diminuído consideravelmente nos últimos anos, há poucas ou nenhuma ação efetiva para a reversão desse cenário. Alguns fatores são utilizados para justiçar a diminuição da oferta/procura e o esvaziamento ou fechamento de turmas de EJA, tais como: localidade, ausência de financiamento, profissionais terceirizados, ausência de concursos públicos específicos, material didático inadequado, violência urbana, dentre outros. Percebe-se um incentivo a maior oferta de EJA em formato EaD além dos programas de distorção idade-série em contra turno e o incentivo para a realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), para obtenção de certificação nas etapas da educação básica. Vale lembrar que, desde 2010, o Ministério da Educação tem reforçado em seus editais que não há necessidade do jovem ou do adulto estar matriculado em uma instituição de ensino que ofereça EJA para realização do Encceja. O município de São Gonçalo, tempo-espaço de nossas análises, localiza-se na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e, segundo o Censo Demográfico de 2022, possui uma população de 896.774 habitantes (IBGE, 2022). A estimativa do valor anual por aluno e das Receitas Anuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o ano de 2024 - VAAF/2024, foi publicada pela Portaria MEC/MF n.º 5, de 8 de maio de 2024. A Portaria prevê, para o Estado do Rio de Janeiro, 5.354,99 reais para a EJA com avaliação no processo e 6.425,99 reais para a EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio. No documento, é possível visualizar o total de receitas previstas (Receita da contribuição de estados e municípios ao Fundeb Complementação VAAF; complementação VAAT; complementação VAAR; complementação da União) para todos os níveis e modalidades da educação do município de São Gonçalo (redes municipal, estadual e federal), estimada em 277.207.754,25 reais. Dos professores que atuam na EJA, 96.6% possuem o ensino superior (INEP, 2023). No que se refere à distribuição das escolas, segundo o indicador de regularidade docente (INEP, 2023), temos os seguintes dados: a) baixa regularidade: 1,8%; b) média regularidade: 17,8%; c) média-alta: 62,6%; d) alta: 17,8%. Esse indicador tem por objetivo avaliar a regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica a partir de sua permanência nos últimos cinco anos (2019-2023), incluindo professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma desenvolvida em curso de modalidade de educação a distância. Nota-se que o percentual de professores que permaneceram durante 5 anos na EJA por escola é baixíssimo, fato que nos levou a questionar como a política pública de formação inicial e continuada de EJA tem sido viabilizada pelo Município. Destacamos que a formação inicial, em nível superior, em cursos presenciais de licenciatura pode ser realizada em duas universidades: uma pública e outra privada. Na universidade pública, o curso de Pedagogia possui duas disciplinas obrigatórias sobre a EJA, com carga horária de 60h cada uma. Para os demais cursos de licenciatura, há a possibilidade da realização de disciplina eletiva, no entanto, em nossa pesquisa, no período de 2018-2023, foi ofertada apenas uma disciplina eletiva em 2021. A universidade privada oferece uma disciplina no curso de Pedagogia, chamada de “Conteúdo e metodologia do ensino na educação de jovens e adultos”, com carga horária de 80 horas. A oferta na rede pública municipal de ensino é feita por 19 escolas que atendem os anos iniciais e finais da modalidade EJA. A rede possui um documento que normatiza a oferta da modalidade, denominado “Programa único de funcionamento da educação de jovens e adultos da rede pública de ensino do município de São Gonçalo” para o 1º e 2º segmento, formulado em 2005. Trata-se de um documento técnico que formaliza o procedimento de matrículas, a matriz curricular, avaliação, promoção dos estudos e fichas de conselho de classe. Não há reflexões acerca da proposta pedagógica do Município ou de como se dá a formação continuada de professores. De acordo com entrevistas realizadas com a coordenação e com orientadores educacionais (Autores, 2024), há uma iniciativa promovida pela coordenação pedagógica com encontros mensais para a divulgação de questões administrativas e temas educacionais gerais. A coordenação da EJA ressaltou a realização de quatro fóruns da EJA em São Gonçalo, os quais tiveram como intencionalidade rever o documento orientador para a modalidade. Disse ainda que, desde 2018, a secretaria busca incluir uma palestra/formação específica para a EJA nas jornadas pedagógicas durante o início de cada semestre. Há, também, um órgão chamado Centro Municipal de Formação Continuada Prefeito Harison Monteiro dos Santos (CREFCON) que promove formações para todos os professores da rede acerca de diferentes temáticas. Não foi possível mapear o resultado dessas formações devido à ausência de registros sobre elas e à generalidade com que a formação em serviço para professores de EJA é tratada. Essa situação estende-se a outros municípios brasileiros, pois a forma como a formação inicial e continuada é vista no país ainda é precária e permeada por problemas que não avançam, são abandonados ou esquecidos. O que se observa é um esvaziamento, uma pseudo-concreticidade (Kosik, 2011) e silenciamento quanto à qualidade da formação docente e o perfil para se trabalhar com a especificidade da EJA. Nesse sentido, há a urgência da implementação de políticas públicas que atendam as reais demandas do público a que se destinam, para que a EJA não continue compreendido como uma via única que busca “sanar” e/ou “erradicar” o problema do analfabetismo no Brasil.

**Referências**

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar 2023. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em:<https://download. inep. gov.br/censo\_escolar/resultados/2023/apresentacao\_coletiva.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica, 2023**. Resumo Técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\_e\_indicadores/resumo\_tecnico\_censo\_escolar\_2023.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial MEC/MF nº 5., de 08 de maio de 2024.** Brasília: 2024. Disponível em:< <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoeseprogramas/financiamento/fundeb/2024/ReceitaTotalporentefederado.pdf>. >Acesso em: 20 mai.,2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000.** Brasília, 2000. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\_PCB11\_00.pdf?query=diretrizes%20curriculares%20nacionais>. Acesso em: 20 mai.,2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital.** 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.